

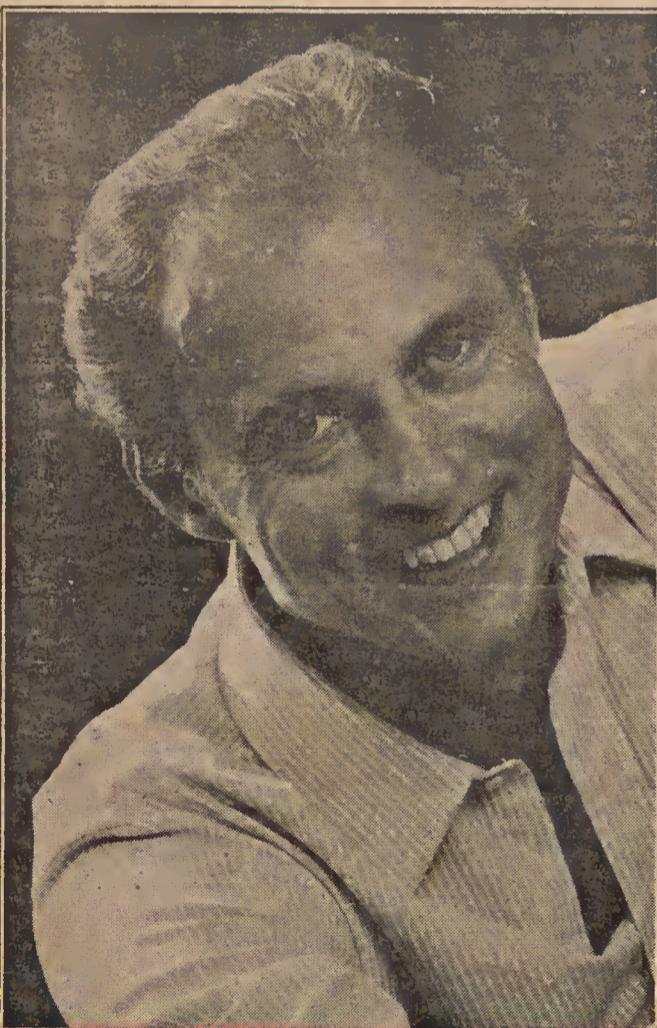


# São Paulo

**Exclusivo**

## CORRUPÇÃO DE BANQUEIRO: 91 TRILHÕES

Um dos maiores escândalos financeiros da história do Brasil. Entre os envolvidos, o chanceler Setúbal, acionista majoritário do Grupo Itaú. Pág. 7.



**SUPPLY EM CAMPANHA**

Pág. 5.



**GREVE:  
xeque-mate contra banqueiros**

Pág. 7.

**Congresso da CUT do interior**

Um Congresso vitorioso! Essa é a avaliação da maioria dos delegados que estiveram reunidos, entre os dias 31 de agosto e 1 de setembro passados, no I Congresso da Cut Regional — Interior I, realizado em Piracicaba, no Campus da Unimep, na "Fazendinha". A Cut Interior I congrega diversos sindicatos pertencentes à Campinas, Itú, Vinhedo, Sorocaba, Sumaré, Piracicaba, bem como os localizados no Oeste do Estado de São Paulo, de Bauru a Presidente Prudente.

Durante o Congresso, através dos Grupos de Trabalho, foram discutidos vários temas relativos à situação nacional, como: Assembleia Nacional Constituinte,

Dívida Externa e Reforma Agrária. Além desses, os sindicalistas discutiram sobre a lei de Greve, a atual estrutura sindical brasileira, a construção da CUT no Campo e avaliaram a Direção Regional anterior, onde foi feito um balanço da antiga gestão. Na ocasião, os delegados elegeram a nova Diretoria da Cut Interior I.

**A nova Diretoria**

A nova Direção da Cut Interior I, eleita em chapa única, está com a seguinte composição; Presidente: Wilson Santa Rosa — Sindicato dos Petroleiros de Campinas; Vice: Edson Mora — Metalúrgicos de Sorocaba; Secretário Geral: Marcos Antônio Vitorino — Metalúrgicos de Campinas; Tesoureiro: Wilson Fagundes — Metalúrgicos de Itú; Executiva: Mário Martin, da Associação dos Ser-

vidores da Unicamp; Oswaldo Oliveira, Sindicato dos Condutores de Campinas e João Loureiro da Silva, do Sindicato Rural de Sumaré.

Os 225 delegados, de 23 entidades daquela região, o que representa 191 mil trabalhadores da Cidade e do Campo, mantiveram-se firmes contra o não pagamento da Dívida Externa e a "Constituinte Sarney". Foram contrários ao Imposto Sindical, recolhido pelo Governo, e pediram a sua extinção e a criação de formas alternativas de sustentação financeira. Por outro lado, ficaram a favor do fim da lei de Greve e para isso apoiaram o projeto do Deputado Djalma Bom (PT). Os trabalhadores exigiram uma participação efetiva na elaboração da nova constituição e que a Reforma Agrária seja controlada pelos trabalhadores.

**Ituverava: petista derruba aumentos**

O Tribunal de Justiça de São Paulo deu ganho de causa, por unanimidade, à ação impetrada pela companheira Leide Quereza Moreira, Secretária do PT em

Ituverava, contra a cobrança ilegal de água e esgoto. Desta forma, todos os moradores daquela cidade poderão requerer agora o seu dinheiro de volta, relativo aos últimos cinco anos, através do SAAE, com juros e correção monetária. O PT foi o único partido político de Ituverava que se posicionou firmemente contra

as arbitrariedades daquela prefeitura, do PMDB, que aumentou de maneira absurda, a taxa de água e esgoto. Foi, ainda, a única agremiação que apoiou abertamente a entrada de um mandado de Segurança na Justiça, que acabou por ser aceita pela Justiça de São Paulo.

**PT de Mogi Mirim tem seu informativo**

O Diretório Municipal do PT de Mogi Mirim divulgou o quinto número de seu boletim informativo contendo, entre outras coisas, matérias sobre a Constituinte

te e o que se pode esperar dela; sobre o voto do alfabeto e suas justificativas.

Além disto, o boletim contém a denúncia de mais um crime do BNH, que reajustou em 246% a prestação anual da casa própria e obrigou aos mutuários optarem pelo pagamento semestral, que será de 112%,

enquanto o reajuste salarial foi de 104%.

A Comissão de Imprensa e Divulgação solicita a todos os Diretórios que possuam algum órgão de divulgação, que os enviem para a redação, na Rua Santo Amaro, número 582, em São Paulo, para a devida troca de informações.

**Volta de Theodomiro**

Sem ser anistiado pela "Nova República", retornou ao Brasil, no último dia 5 de setembro, o último exilado brasileiro, Theodomiro Romeiro dos Santos, procedente da França, onde

permaneceu desde 1979 sem os devidos direitos da cidadania brasileira. Theodomiro foi acusado pelo regime militar de ter matado um agente do DOI-CODI durante um tiroteio, em um período em que era integrante da resistência democrática. Condenado primeiramente à pena de morte, o

último exilado brasileiro teve sua punição transformada em prisão perpétua e posteriormente, devido aos protestos, reduzida para 16 anos. Motivado pela sua não inclusão na lista dos anistiados, Theodomiro fugiu da prisão, asilando-se na Embaixada do Vaticano, de onde partiu para o exílio.

**Campanha do trator para a Nicarágua**

Foi lançada no último dia 6 de setembro, durante um ato no Teatro Álamo (Rua São Joaquim, número 129), a campanha "Um Trator Para Nicarágua", organizada pela Coordenação Paulista de Solidariedade à Nicarágua. Na ocasião, as entidades presentes, assinaram o seguinte documento:

"Nós, brasileiros, Irmãos do

Povo da Nicarágua na alegria e na dor, não podemos ficar indiferentes. Por isso, cresce em nosso país a organização da solidariedade prática que se manifesta no envio de remédios, nos protestos em passeatas, nos manifestos, nos atos, nas palestras e, agora, na campanha do "Trator".

O bloqueio norte-americano tenta isolar o povo heróico de Sandino, esmagá-lo pela fome e pelas armas assassinas. Mas, nosso povo, furando o bloqueio, fará chegar às mãos

dos trabalhadores nicaraguenses, o instrumento de trabalho, de alimento".

Assinam este documento o PT, PMDB, PCB, PSB, PC do B, PDT e diversas entidades e personalidades.

A Coordenação Paulista de Solidariedade à Nicarágua, divulgou, ainda, aos interessados, que realiza suas reuniões todas as quintas-feiras, às 19h30, na Câmara Municipal. Contribuições podem ser dirigidas à conta número 105.835.3 da agência Pedroso de Moraes do UNIBANCO.

**Diadema: prefeito vai punir irregularidades**



Gilson acatou totalmente os resultados da sindicância.

A Comissão de Sindicância da prefeitura de Diadema, constituída no dia 14 de fevereiro último, pelo prefeito Gilson Menezes, com o objetivo de apurar as denúncias de utilização indevida de equipamentos, materiais, veículos e funcionários da prefeitura, na reforma da sede nacional do PT, acaba de concluir os seus trabalhos. Formada por Paulo Afonso da Silva, vice-prefeito e diretor do departamento Jurídico, Otácio Roberto Ribeiro, na época diretor de promoção humana, e Domingos Espósito Netto, diretor do Departamento de Serviço Urbanos, divulgou o seu relatório após ouvir dezenas de pessoas, direta ou indiretamente envolvidas no episódio.

Uma das principais conclusões da Comissão foi confirmar a participação de funcionários na reforma da sede nacional, bem como do uso irregular de um caminhão e de uma pick-up Toyota de propriedade da prefeitura. Quanto ao uso de ferramentas, a comissão não chegou a uma posição definitiva sobre o assunto, embora tenha constatado não ter havido qualquer desvio ou dano no ferramental da prefeitura, que poderia ter sido utilizado na reforma. A mesma coisa apurou-se quanto ao material empregado nas obras da sede nacional — todo ele foi adquirido pelo partido, conforme foi possível constatar através de notas fiscais.

Segundo consta dos depoimentos colhidos no correr da sindicância, assim como dos outros elementos carregados aos autos, também ficou claro que alguns dos funcionários que se encontravam no local não estavam no gozo de licença ou folga por compensação.

Quanto à acusação de que o prefeito teria participado dos acontecimentos, o relatório demonstra que "nenhum elemento objetivo se oferece a esta Comissão que possa incriminar de

qualquer forma — direta ou indiretamente — o prefeito Municipal, valendo citar as negativas de Paulo Otávio de Azevedo Junior e Devanir Ribeiro, ambos dirigentes do Partido dos Trabalhadores, sendo que o primeiro, responsável pelas obras, afirma taxativamente que Gilson nada sabia, tendo empreitado o serviço com Juno Rodrigues Filho para execução no sábado e domingo (dias de folga dos funcionários). Ademais, o PT pagou aos funcionários pelos serviços prestados o que mostra a boa-fé e ignorância dos fatos por parte do prefeito".

A respeito da participação de Juno Rodrigues Filho e Amaro Alves, ambos servidores municipais, o papel que representaram foi decisivo para a efetivação das irregularidades administrativas ocorridas, segundo relatório da Comissão que também assinala que o diretor de Obras, Paulo Cesar Lúcio de Carvalho, na data dos fatos, estava de folga e fora do Município, isentando-o de culpa direta no episódio.

Por fim, a Comissão de Sindicância afirma que Arthur Guimarães de Almeida, que ocupava o cargo de supervisor do Departamento de Obras, confessou expressamente que tinha conhecimento dos fatos e de sua irregularidade e que poderia impedir todo o ocorrido, pois tinha poder para tanto. Entretanto, para a Comissão, o funcionário não tomou a mais elementar

cautela prevista no direito administrativo para resguardo de sua probidade e da Administração. "Arthur não só conhecia os fatos, como, ao invés de cientificar seu superior imediato, buscou elementos estranhos aos quadros da prefeitura para, arditamente, comprometer a Administração Municipal".

Coerente com suas conclusões, a Comissão propôs ao prefeito Gilson Menezes as seguintes providências (que ele já acatou):

— levantamento da situação de todos os funcionários envolvidos nos fatos e desconto da importância equivalente aos dias em que não estavam trabalhando;

— demissão de Juno Rodrigues Filho, retroativamente à data de sua suspensão;

— organização de uma Comissão de Estudos para modificar o sistema atual de compensação de folgas utilizado pela prefeitura, adequando-o as normas jurídico-administrativas vigentes.

**Os assinantes do PT São Paulo que tiveram suas assinaturas vencidas devem entrar em contato urgente com a Comissão de Imprensa. Fone: (011) 35- 6278.**

**EXPEDIENTE**

Editor: José Américo Dias  
Secretário de Redação: Gilberto Penha de Araújo.  
Equipe de Edição: Dernal Santos, Sonia Maria Nadalin, Sérgio dos Santos  
Redação: Fernando Jorge, Marcos de Oliveira, Ligia Maria Cruz, Diógenes Marcelino, Cleide Sanções Rodrigues, Paulo Eleutério, Paulo Costa, Marisa Mello, Maristela Maffei, Sandra Sagrado.

Fotografia: Tarcísio Geraldo Faria e Vera Yursis.  
Diagramação: Wilson R.Thomaz  
Revisão: Celso Fonseca  
Ilustração: Guto.  
Composto e Impresso: Cia. Editora Joruês - Rua: Arthur de Azevedo, 1977 - Fones: 815-4999 - São Paulo.  
Endereço: Rua Santo Amaro, 582 - Bela Vista - São Paulo - Capital.  
Fones: 37-7521, 37-7522.

# Soberania popular na Constituinte

Uma caravana formada por 400 entidades de todo o País rumou à Brasília com o intuito de expressar ao presidente da câmara, deputado Ulysses Guimarães, e ao presidente do senado, senador José Fragelli posições contra o projeto do governo Sarney e a favor dos projetos, que, a exemplo da sub-emenda Djalma Bom, defendem a convocação da Constituinte como um fim em si mesmo, para poder restabelecer a soberania popular e os direitos públicos que a população defende.

Os objetivos principais desta caravana podem ser definidos em torno de 4 pontos consensuais: 1.º) A.N.C. distinta e separada do Congresso convocada com fim específico sem se confundir com o poder já existente. 2.º) Contra a postergação da Constituinte para 1987. 3.º) Contra o Congresso Constituinte nomeado pelo governo. 4.º) A favor de comissões municipais consultivas defendidas pela CNBB, pela OAB e pela sub-emenda Djalma Bom apresentada ao Congresso.

O roteiro da Caravana constou de entrevistas com Ulysses Guimarães, José Fragelli, com o chefe da Casa Civil, José Hugo Castelo Branco e com a imprensa presente no Congresso, reunião com a comissão mista do Congresso, cujo relator é o deputado Flávio Bierrenbach, e com a comissão que vai dar o parecer sobre o projeto do governo. Durante as entrevistas os integrantes da caravana entregaram a "Carta aos Brasileiros" redigida pelo professor Goffredo da Silva Telles. Entregaram também cópia da emenda que foi preparada pelo plenário e

apresentada no Congresso pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio, uma emenda do PT, e uma emenda preparada pelo movimento gaúcho pela Constituinte. Durante a noite fizeram a reunião de um Plenário Nacional Pró-Participação Popular com a participação de entidades de todo o Brasil.

Com relação à receptividade à caravana, José Alvaro Moisés afirma que as forças da Aliança Democrática já estão com uma posição contra estas propostas, apesar de terem tido uma recepção respeitosa. Isto prova que o governo está fazendo um jogo que tem duas pontas: primeiro eles propõem

Congresso com poderes constituintes porque a Aliança Democrática não pode conviver com uma verdadeira ANC livre e soberana, que significaria aprofundar a transição democrática; em segundo lugar, o governo está explorando o sentimento corporativista dos parlamentares e impedindo a aprovação de uma Constituinte plena através de argumentos como: não é possível fazer duas eleições o ano que vem porque os parlamentares não podem pagar duas vezes. "Do ponto de vista da população estes argumentos pouco importam e sim, o que é mais democrático e recupera a soberania

popular", afirma Moisés, do PT.

A caravana, no seu todo, tem alguns pontos de vista que diferem dos do PT como por exemplo, a questão das candidaturas avulsas, e o princípio de que os partidos não devem ter predominância na questão da Constituinte. Segundo Moisés, isto se deve ao fato do Plenário ser um movimento que funciona com base pluri-partidária. É uma ampla base social de apoio à tese da participação popular na Constituinte.

Para que o movimento de massas se integre ao movimento pela Constituinte seria preciso que os partidos e as lideranças políticas vinculassem as reivindicações sociais da população e as reivindicações pela liberdade política. "É fundamental que a mobilização pela Constituinte se organize a partir dos movimentos populares, do movimento sindical e da luta dos setores dominados da sociedade", afirma José Alvaro e conclui que esta proposta que defende a tese da Constituinte plena é sustentada pelos setores do movimento sindical, por setores ligados à igreja e por algumas entre as principais entidades da sociedade civil, entre os setores das camadas médias, mas também por outras camadas da classe trabalhadora cujos sindicatos ainda não se mobilizaram por esta campanha. "Se setores como o dos metalúrgicos e dos químicos, o dos trabalhadores rurais de amplas regiões do Estado de São Paulo se mobilizarem ativamente, ao contrário do que aconteceu nas Diretas Já, os trabalhadores poderão ser a força principal do movimento por uma Constituinte legítima, democrática, livre e soberana".

## Nada muda na economia

A substituição de Francisco Dornelles pelo empresário Dilson Funaro, no Ministério da Fazenda, foi saudada pela grande imprensa como um sinal de mudança na política econômica do país. Os mais entusiasmados chegaram a falar no fim do domínio da escola "monetarista" — inspiradora do arrocho salarial e da capitulação pura e simples diante do FMI — e na ascensão dos "estruturalistas" — um grupo de economistas que defende a ampliação do mercado interno e uma distribuição de renda mais equitativa. Os motivos de tal euforia vinculavam-se à própria pessoa de Funaro, um empresário moderno oriundo do meio industrial paulista — o mais dinâmico do país — e, também, à indicação de assessores recrutados entre os setores "progressistas" do PMDB, como Luiz Gonzaga Beluzzo.

As aparências, no entanto, parecem enganar mais uma vez. Questionado tanto pelos setores "progressistas", desesperados com sua política de recessão e com a inutilidade de suas medidas anti-inflacionárias, como pelos setores conservadores — ligados ao capital financeiro — Dornelles, ao que tudo indica, foi imolado em louvor destes últimos. Preocupado em fazer frente à

imensa dívida pública do país, que, se continuar crescendo no ritmo atual atingirá 100% do Produto Interno Bruto em quatro anos, Francisco Dornelles decidiu promover a desvalorização dos chamados "títulos de dívida pública" — ORTNs, letras do tesouro e títulos de médio e longo prazo. Adotou a correção monetária trimestral e, com isso, comprou uma briga com um grupo de instituições financeiras, que detém parte considerável destes papéis. O Bradesco, que exerce posição de liderança neste grupo, já que é proprietário de mais de 80 trilhões de títulos de dívida pública, chegou a ameaçar retirar-se dos leilões do Banco Central, se a medida de Dornelles não fosse revertida. Isso, dez dias antes de sua queda.

Sarney preferiu não solidarizar-se com o "drama" do seu ministro. Até porque, no mesmo período em que o Bradesco ameaçava o Banco Central, o desastrado Dornelles oferecia um prato cheio para as críticas oriundas dos sindicatos e dos setores populares: os 14% de inflação em agosto — um recorde histórico, capaz de fazer inveja ao próprio Delfim Neto.

A opção de Sarney foi mais uma vez a coluna do meio. Consciente de que os problemas criados por seu

ministro não foram causados por falhas técnicas ou desvios de rota, mas decorrentes da espinha dorsal da política econômica, decidiu empurrar a situação com a barriga. Indicou Funaro para substituí-lo, e este, ungiu "progressistas" como Beluzzo para o Ministério da Fazenda, alçou Fernão Blacher, do Bradesco, para a presidência do Banco Central.

A solução salomônica de Sarney foi capaz de proporcionar-lhe algum tempo no implacável calendário da economia do país. Mas nada mais que isso. Além de perspectivas ameaçadoras do crescimento da dívida pública — e, portanto, do aumento praticamente incontrolável da taxa de juros e da inflação —, há um impasse maior em relação ao qual nem Sarney e nem Funaro disseram até agora nada de novo: a dívida externa. Em 1984, o serviço desta dívida representou uma transferência líquida de capital para o exterior de mais de 11 bilhões de dólares, ou seja, o equivalente a um salário mínimo para 15 milhões de brasileiros. Este quadro, aliás, deverá se agravar nos próximos anos. Em 85, o serviço da dívida será de quase 23 bilhões de dólares e, nos próximos 4 anos, poderá atingir a casa dos 25 bilhões. A renegociação em curso com

## Ato reúne 700 pessoas

Cerca de 700 pessoas reunidas no Largo de São Francisco, no centro de São Paulo no dia 22 de Agosto, participaram do ato público promovido pelo "Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte". Este plenário que reúne 130 entidades trouxe para a manifestação o jurista Goffredo da Silva Telles autor da "Carta dos Brasileiros" ao Presidente da República e ao Congresso Nacional" entregue em Brasília pela caravana formada por quatrocentas entidades de vários estados.

Goffredo foi o primeiro a falar no ato da Plenária e afirmou que "o povo é soberano e a ele compete eleger a Constituinte. Não podemos tolerar que nos imponham a organização desta Assembléia

Nacional Constituinte" disse o jurista. O segundo a falar foi Márcio Tomás Bastos, vice-presidente do conselho federal da OAB. Disse que precisamos de uma A.N.C. específica para fazer a Constituição. Foi seguido de Luis Carlos da Silva, representante da CUT que afirmou que a Central Única dos Trabalhadores tem se colocado na luta pelo fortalecimento dos Comitês Pró-Constituinte.

Por fim, destacaram-se os discursos de dois candidatos à prefeitura de São Paulo: o de Rogê Ferreira, candidato do PSB, e de Eduardo Suplicy, que denunciou o PMDB por estar abusando do poder econômico e da máquina administrativa nas eleições municipais.

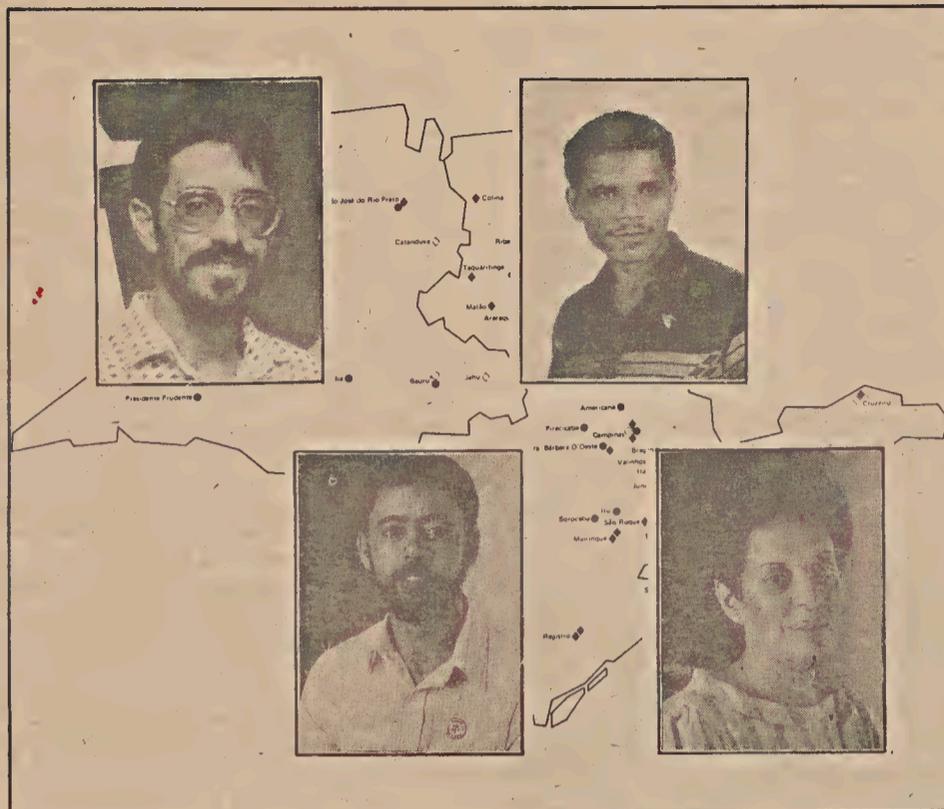
os bancos estrangeiros, se bem sucedida, conseguirá o reescalonamento de uma parte considerável do que o país deve, mas terá como consequência a continuação da tutela do FMI pelo menos até 1991, além do que não será capaz de reverter a sangria de capitais para o exterior.

É por terem conhecimento desta situação e, também, por não estarem dispostos a resolverem seriamente o problema da dívida externa — propondo, por exemplo a sua suspensão — que setores do interior do próprio governo retomam a ladainha que os trabalhadores já estão cansados de ouvir. A saber, essa história de que "aumentos salariais ge-

ram inflação"... Embora segundo dados do próprio IBGE o peso relativo dos salários sobre o custo total da produção industrial tenha caído de 6,10% para 4,19% no período de 1981 para 1984, estes senhores sentem-se totalmente à vontade para defender o recrutamento do arrocho salarial, para reverter a espiral inflacionária. E, da mesma forma, para dar conta dos problemas advindos da dívida pública e da dívida externa, advogam a privatização das empresas estatais, através do mercado de capitais, como forma de transformar parte da dívida externa e da dívida pública em patrimônio dos grandes credores do país.

Foi para contrapor-se a estas manobras, cujo sentido é fazer mais uma vez os trabalhadores pagarem o pato pela crise, que Jair Meneghelli, presidente da CUT, acompanhado de outros diretores da entidade, encontrou-se com o ministro Dilson Funaro, na segunda semana de setembro. Na ocasião, entregou ao ministro um documento, rebatendo os argumentos falaciosos de que "o problema do país são os aumentos de salários", e reivindicou a adoção imediata de reajustes trimestrais de salários. Exigiu, além disso, uma solução para o problema da dívida externa e das relações do país com o FMI — esta sim uma saída para a crise.

# A briga está boa no interior



Nossos candidatos, a partir da esquerda: Valdenir, Dojival, Adalberto e Elizabeth.

No final deste mês de setembro e nos primeiros dias de outubro entramos no período decisivo para a consolidação e definitivo deslanche das campanhas eleitorais do PT para as eleições municipais no interior do Estado de São Paulo. Não só em Cubatão, onde o PT já está em 2º lugar, como em Paulínea, São Sebastião e Castilho, onde não existem pesquisas idôneas que indiquem com segurança a posição do nosso partido, as campanhas já estão nas ruas e recebendo toda a ajuda possível do Diretório Estadual, bem como das estruturas sub-regionais do partido.

Mas, para que suas mensagens atinjam a maioria da população é absolutamente indispensável que os Diretórios do interior que já estão mais estruturados dêem prioridade, neste momento, às eleições, e se engajem, com todos os meios que dispõem, nas campanhas eleitorais dos municípios que pertencem às suas Sub-Regiões. Especialmente através do envio de ajuda financeira

(veja nesta página relação das contas bancárias e respectivos Comitês Eleitorais), e da presença maciça dos seus militantes. Essa colaboração já vem ocorrendo mas precisa aumentar ainda mais, pois as dificuldades tendem a crescer na medida em que as chances do PT aumentam.

## A estrela do PT brilha em Cubatão

O vereador Dojival Vieira dos Santos, candidato do PT à prefeitura de Cubatão, é o 2º colocado na pesquisa eleitoral realizada recentemente nesse município, no qual concorrem 8 partidos. O candidato petista vai levando vantagem sobre o do PMDB e só é superado pelo do PFL, Oswaldo Passarelli (ex-prefeito biônico nomeado por Maluf).

A campanha de Dojival e do seu vice João Duberney começa neste momento a tomar maior impulso, com a intensificação das reuniões nos bairros e comícios nas por-

tas de fábricas. São animadoras a perspectiva de que não só se consolide a posição atual dos candidatos do PT, mas, mais do que isso, essa posição melhore bastante, pois só agora a campanha eleitoral está efetivamente se desenvolvendo em bairros nos quais o PT tem boa penetração eleitoral.

Para o próximo dia 20 de setembro está sendo preparada uma grande manifestação popular — Caminhada do Povo com o PT para a Prefeitura — que contará com a presença do Presidente Nacional do partido, Lula, que irá percorrer os bairros e participar de um grande comício à noite.

Caravanas de companheiros de todos os Diretórios que integram a Sub-Região da Baixada Santista estão sendo formadas, com a disposição de cobrir todo o município de Cubatão com a mensagem do Partido dos Trabalhadores.

## Petroleiros na campanha de Paulínea

O quadro eleitoral de Paulínea apresenta-se ainda bastante indefinido. Não existem pesquisas eleitorais seguras, mas pelo que se pode observar no momento o PT encontra-se entre os 3 primeiros colocados na preferência dos eleitores. Com todas as limitações materiais já conhecidas no PT, a nossa campanha eleitoral vai se desenvolvendo bem.

Os candidatos petistas Adalberto Leal e Amilton Mendes têm participado de minicomícios com bons resultados. Demonstrando confiança, o candidato a prefeito pelo PT, Adalberto Leal, acentua que o fato do partido ter uma plataforma de governo definida, facilita o diálogo com a população, que já vê no Partido dos Trabalhadores uma alternativa real para uma verdadeira mudança política.

Estão sendo realizadas reuniões em diversos bairros, nas quais são tiradas comissões de moradores para discutir os problemas locais. Os petroleiros que constituem uma força significativa na cidade têm tido uma boa participação na campanha. Os sindicalistas petistas vão desempenhar um papel importante em Paulínea.

A Sub-Região de Campinas está jogando todo seu peso na campanha eleitoral de Paulínea. Essa ajuda tende a aumentar na medida em que a campanha vai se desenvol-

vendo e os grandes eventos de massas se aproximam. Por enquanto está previsto um grande comício, com a presença das principais lideranças do partido, nos primeiros dias de novembro.

## Debates em São Sebastião

No município de São Sebastião, com uma extensão de 100 km., os candidatos do PT, Elizabeth dos Santos Chagas e Andelmo Zarzur continuam seu programa de visitas aos bairros para discutir sua plataforma de governo com a população. Ao mesmo tempo, estão sendo realizados debates, com a participação de parlamentares e outras figuras representativas do Partido dos Trabalhadores, sobre os principais temas políticos da atualidade.

Ainda não está definido o quadro de preferências eleitorais neste município do litoral norte. Assim, ficam difíceis as previsões. Mas o PT tem sido elogiado por ser o único partido que apresentou até agora uma plataforma de governo para a prefeitura. O PMDB, que ocupa o governo municipal no momento, não apresentou qualquer proposta concreta e limita-se a explorar o voto útil.

## Alta Noroeste ajuda Castilho

Na fronteira com o Mato Grosso do Sul, no distante e pequeno município de Castilho, nem por isso menos merecedor da nossa atenção, os candidatos Valdenir Cavichioni e Edvaldo José dos Santos admitem francamente a possibilidade de vencerem as eleições. Os candidatos do PFL e do PMDB estão travando uma verdadeira batalha, com uso e abuso do poder econômico. A tentativa de um deles de ganhar as eleições através dos tradicionais currículos eleitorais, já mereceu até uma reportagem da TV Globo.

Tentando vencer todos os obstáculos, a campanha eleitoral do PT prossegue sem perder o ritmo. No último dia 8 foi realizada uma passeata pela cidade que reuniu cerca de 100 pessoas e, ao final, foi feito um comício que contou com a presença de 300 pessoas. Levando-se em conta número de eleitores do município — cerca de 7.000 — estes eventos podem ser considerados bastante satisfatórios.

## Contra o poder econômico, o apoio dos militantes

São muito conhecidas as origens dos recursos financeiros dos principais candidatos à prefeitura de São Paulo. O PMDB é hoje o principal partido da classe dominante — dinheiro aí não falta. Como se não bastasse, grandes empresários são convidados a contribuir “graciosamente” com doações à campanha. Isto para não perderem seus negócios com as administrações municipal, estadual e federal. São empreiteiros, grandes publicitários, enfim, muita gente que depende da máquina oficial sustentando o candidato chapa branca.

Na coligação PTB-PFL não é muito diferente. O PFL entra com muitos banqueiros, com outro pedaço

da máquina do governo federal — afinal ele divide com o PMDB os ministérios da “Aliança Democrática” e também cobra apoio para seu candidato em troca de favores da máquina. Por fim, há a conhecida “caixinha” organizada por Delfim Neto entre os empresários seus amigos.

Os candidatos do PT — Eduardo Suplicy e Luiza Erundina, contam com grande simpatia popular, mas não possuem grande fortuna apoiando-os, nem qualquer setor da máquina oficial bancando sua campanha. Nosso único “capital” nestas eleições são os filiados, os simpatizantes e os eleitores potenciais. É daí que tem que sair os recursos financeiros. Várias são as

formas de arrecadação: doações individuais voluntárias (com recibo para desconto no imposto de renda), depósito em conta bancária (conta nº 7300-3, agência da Assembléia Legislativa da Caixa Econômica Estadual), Rifas, Leilões de Arte, jantares beneficentes, bailes, shows e venda de material de campanha (camisetas, adesivos, etc). Com isso, poderemos atingir todas as faixas de contribuintes, desde os mais pobres que só podem comprar um adesivo por Cr\$ 200 até aqueles companheiros que podem doar alguns milhões para a campanha — e todos terão de dar de si o máximo para que o partido possa fazer uma campanha apenas modesta perto do que fa-

zem os grandes e poderosos.

Pra se ter uma idéia dos gastos, basta dizer que um panfleto eleitoral — tipo 13 pontos — custa Cr\$ 10,00 cada um e nós imprimimos um milhão deles, só na primeira tiragem, ou seja, foram Cr\$ 10 milhões.

O PT é o único partido que entrou nesta disputa sem ter nada para esconder. Nós vamos arrecadar com milhares de companheiros os recursos que necessitamos para a campanha. Daí que todos os companheiros devem se engajar decididamente na arrecadação dos recursos. E, para aqueles que desejarem atuar especificamente nesta área, um convite: integrem a Comissão de Finanças do Comitê Diretivo Eleitoral.

## Suplicy e Erundina com mulheres

Os candidatos do PT à Prefeitura de São Paulo, Eduardo Matarazzo Suplicy e Luiza Erundina, irão debater as propostas do partido e as questões das mulheres, no próximo dia 30, às 20 horas, na av. Dr. Arnaldo, 128.

Esse debate está sendo organizado pela Comissão de Mulheres e tem o objetivo de discutir as reivindicações específicas; articular e consolidar uma política em relação à questão da mulher no partido.

O PT estimula a participação política da mulher. É o único partido que indicou uma mulher para disputar a vice-prefeitura de São Paulo. Nossa candidata, Luiza Erundina, é uma companheira combativa, que sempre esteve ao lado dos trabalhadores nas lutas por melhores condições de vida e participa ativamente em vários movimentos sociais. A Prefeitura do PT, com Eduardo Matarazzo Suplicy e Luiza Erundina, estará a serviço de toda a comunidade e procurará atender, de acordo com os recursos disponíveis, todas as reivindicações dos trabalhadores e setores da sociedade. Entretanto, nossos candidatos sabem que a luta das mulheres pela conquista da plena cidadania, passa por importantes reivindicações específicas. Por isso, estarão discutindo com as mulheres várias propostas.

# Campanha pega pique em setembro

O PT, após ter realizado seu programa no rádio e TV dia 26 de agosto, deu um salto na preferência popular. Apresentado numa linguagem inteiramente nova, o programa atingiu um índice de audiência altíssimo (mais de 80%, extraoficialmente), e a sua influência sobre as pesquisas de opinião foi direta: 9,1% na primeira aferição feita pela Folha de S. Paulo no mês de setembro. Esta melhora na preferência popular, somada ao grande número de indecisos e pessoas que aceitam mudar o seu voto, (mais de 50%), estimulam a intensificação do trabalho dos núcleos, diretórios e comitês de apoio de Suplicy.

Ricardo Azevedo, um dos coordenadores da campanha eleitoral, enfatiza que "a mobilização de todos aqueles que irão votar em Suplicy, nesta hora, é de primordial importância" e adiantou que o partido já está organizando lançamentos de Comitês pró-Suplicy em vários bairros da cidade e também Comitês que abrangem categorias profissionais, como, professores municipais, funcionários públicos municipais, trabalhadores da saúde, jornalistas e etc... Comitês de apoio já estão também organizados em Santo André e em Guarulhos, disse Ricardo.

A campanha se aproxima da reta final. Os debates entre os candidatos logo serão proibidos, restando somente um espaço reservado nas rádios, nas tvs (não mais de 8 minutos) e a propaganda da mobilização de seus militantes. Um trabalho articulado, no nosso caso, se faz necessário, no que se refere à mobilização, uma vez que a grande imprensa continua dificultando espaços para o PT, em contrapartida ao apoio franco e aberto dado à candidatura da Aliança Democrática, Fernando H. Cardoso. Está claro observar o tratamento dado a Cardoso, quando em diversas vezes, tem aparecido em programas de TV, nos noticiários dos jornais, isso sem contar com o apoio financeiro da máquina estatal e federal, no que se refere a cartazes, out-doors, planfletos e etc...

No debate realizado dia 12 de agosto passado na Rede Globo (promovido também pela Folha de S. Paulo), Eduardo Suplicy apontou esse problema; "... Quero solicitar ao prefeito Mário Covas que designe em todas as áreas onde há espaço de out-door, o lugar, em igualdade de condições, para os candidatos colocarem a sua propaganda...", essa cobrança se referia ao fato de que Fernando Henrique estaria se beneficiando com o apoio da máquina administrativa, o que ficou bem evidente momentos antes, quando (quem "ler" o debate publicado na Folha de S. Paulo, dia 13, verá) Fernando Henrique, deselegantemente, além de se comportar como um demagogo qualquer, aceitou estar recebendo ajuda financeira também de empresários, afirmando: "...O deputado continua sendo o guardião da moral. Cuide da sua (candidatura) e deixe a nossa, que eu não tenho que temer isso (ajuda de empresários). Preocupe-se com a sua. A minha cuida eu".

Esses argumentos só servem para nos deixar claro, de uma vez por todas, com quem a candidatura da Aliança Democrática está comprometida e, numa passada de olhos, podemos ver que, seguramente, não é com os trabalhadores. É por isso que o levantamento de recursos por parte dos militantes e simpatizantes do partido é de fundamental importância. Só agora o PT conseguiu obter seu out-door e demais cartazes.

Afora as contradições ideológicas que caracteriza a panacéia criada pela "Nova Re-

O início da propaganda eleitoral pela TV e rádio, no dia 14, a formação de comitês de apoio na capital e na grande São Paulo e a realização de grandes panfletagens em pontos estratégicos da cidade e em portas de fábricas marcam um novo momento na campanha de Eduardo Suplicy.



Suplicy é o 3º colocado nas pesquisas

pública", o candidato Eduardo Suplicy vai às ruas. Neste mês de setembro, uma intensa caminhada junto aos trabalhadores será travada nas portas das fábricas. Dia 3, Suplicy, Erundina (candidata a vice) e Lula estarão na Ford às 5h45, distribuindo panfletos e expondo a plataforma política para a prefeitura. No mesmo dia, às 10:30h estarão na Santa Marina. Dia 4, farão o mesmo roteiro; pelo início da manhã vão à Philco, seguindo logo mais à Filizola. A Metal Leve e a Vilares serão as duas fábricas visitadas pelos candidatos no dia seguinte, onde contarão também com a presença de Lula. Dia 11 visitam a Nitroquímica. Pela manhã do dia 17 estarão na Douglas e na Ericsson, partindo à tarde para São Bernardo. O mesmo se repete no dia 18, quando Suplicy, Erundina e Lula visitam a Lorenzetti e depois seguem para São Bernardo. A jornada nas portas das fábricas se encerra dia 19,

quando às 5h15 estarão na Sofunge no bairro da Lapa.

Não será só nas portas das fábricas que Suplicy discutirá junto da população a plataforma política para a prefeitura de São Paulo. Todos os finais de semana estará indo a um bairro da capital, a começar pela região da zona sul. No decorrer do mês, Suplicy percorrerá os demais bairros das outras regiões, como Itaquera no dia 8 e na Vila Jaguara no início de setembro.

Seis tipos de panfletos contendo a programação básica para a condução da Prefeitura será distribuída em todos os locais. Esses panfletos poderão ajudar a população a ter uma noção bem mais apurada do que pretende o PT. São retratadas questões como a da Saúde, Educação, Habitação (envolvendo favelas, cortiços, e conjuntos habitacionais), abastecimento, transporte e segurança.

## Entre em um destes comitês

São vários os comitês de apoio a candidatura de Eduardo Suplicy e Erundina para a prefeitura de São Paulo espalhados pela cidade e região. Os interessados em engrossar a campanha engajando-se em um dos comitês já formados, ou mesmo lutarem pela formação de algum em seu bairro, escola ou local de trabalho, poderão conseguir maiores informações nos seguintes endereços:

**Zona Oeste** — Jaguara, na Rua Professora Altina M. Araujo, 328 (fone 832.9164); Lapa, rua Tenente Landy, 323 (fone 832.5258); Câmara Municipal, Viaduto Jacaré, 100,

11º andar, s/ 1107 (fones 259.8388, com Carmem e 36.2117, com Neiri).

**Zona Leste** — Avenida Celso Garcia, 475.

**Zona Sul** — Campo Limpo, na avenida Carlos Lacerda, 231 (843.1845); São José, na Rua José Bochi-glieri, 140, salas 4 ou 5; Santo Amaro (comitê geral), rua Senador Dantas, 82 (fone 521.8889), com Armelindo; Grajaú, contato com Nilton Tatto (pelos telefones 520.1446 e 66.7273); Pinheiros, na Rua Paes Leme, 49, e na avenida Dr. Arnaldo, 128.

**Zona Sudoeste** — Praça Benedito Calixto, número

162 (fone 832.1720, com Rui).

**Comitês da Grande São Paulo**

Guarulhos — na avenida Guarulhos, 394 (fone 209.6374); Osasco, na Rua Nossa Senhora de Fátima, 30 (fone 801.1343); Santo André, Rua Cel. Oliveira Lima, 33, 2º andar, centro (fone 440.8233); Mauá, na Rua Ioni, 21 (416.1164, com Getúlio); São Bernardo, na avenida Peri Ronchetti, número 30 (448.1562, com José Gomes ou Ademir).

Em São José dos Campos, na Rua 7 de Setembro, 194, sala 3 (fone 0123 22.6566, ramal 32, com José Carlos).

## agenda

Com setembro, a mobilização dos militantes do PT em torno das eleições para prefeitos das capitais dos Estados e cidades antes consideradas "área de segurança nacional", tende a aumentar. O candidato petista de São Paulo, Eduardo Suplicy tem várias atividades marcadas, como debates, comícios e palestras por toda a cidade. Encontra-se assim a agenda de Suplicy:

- **Dia 10** — Debate com Felix Guattari, às 19h30, juntamente com entidades ecológicas sobre "A Cidade e o Meio Ambiente" (Rua Paes Leme, número 49).

- **Dia 11** — Comparecimento no Plenário da Câmara Municipal, com Lula, às 16h00; presença no ato público em homenagem a Salvador Alende, às 18h30, na Catedral da Sé; e palestra sobre o "Poder Local e Participação Popular", às 20h00, na PUC.

- **Dia 12** — Visita durante todo o dia a creches, juntamente com Irede Cardoso.

- **Dia 13** — Lançamento na Câmara Municipal, às 18h00, do Comitê de Advogados, em apoio a candidatura de Suplicy-Erundina; Palestra no Centro Cultural de Pirituba, Perus, às 20h00.

- **Dia 14** — Lançamento, às 10h00, do Comitê dos Esportistas, em apoio às candidaturas petistas, na Avenida Dr. Arnaldo, número 128; debate a ser ainda confirmado, sobre Moradias Populares, na Casa Universitária de São Paulo, às 18h00.

- **Dia 15** — Visita à COHAB (Jardim Marília e Brasília), às 9h30; Comício no Itaim Paulista, às 17h00; e ida, às 18h30, na Feira de Arte da Cidade Patriarca (Praça Araruva).

- **Dia 16** — Lançamento do Comitê de apoio a Suplicy e Erundina na Faculdade Moema, às 18h00 e do Comitê dos Artistas, às 21h00.

- **Dia 17** — Ato em homenagem aos massacrados dos campos de refugiados de Sabra e Chatila, na Assembléia Legislativa, às 20h00.

- **Dia 18** — Debate às 18h00, na Associação dos Funcionários da CESP, avenida Paulista, número 2064.

- **Dia 19** — Debate no Sindicursos, situado na rua Florêncio de Abreu, número 243.

- **Dia 20** — Inauguração, às 17h00, do Comitê de Apoio em São Bernardo do Campo.

- **Dia 22** — Passeio ecológico, durante o período da manhã, pelos rios de São Paulo e a tarde, lançamento da Campanha na Freguesia do Ó e região.

- **Dia 23** — Debate entre os candidatos a prefeito da Capital, às 21h00, na PUC.

- **Dia 24** — Debate, às 20h00, entre os candidatos na Associação dos Funcionários da FABES.

- **Dia 27** — Debate, às 20 horas, na Igreja de Santo Antonio do Burgo Paulista, com representantes de 20 comunidades.

- **Dia 29** — Comício na Zona Leste ou em Santana (ainda para ser confirmado).

# “Articulação” vence Encontro Estadual

Com a presença 1078 delegados realizou-se o Encontro Estadual do PT nos dias 24 e 25 de agosto no Colégio Roosevelt. Neste encontro foi definida a renovação do Diretório Regional e a chapa da Articulação, encabeçada pelo deputado federal Djalma Bom, ficou com 61% dos votos.

Em segundo lugar, ficou a chapa encabeçada pelo deputado José Genoíno Neto, “Construir uma Alternativa Operária e Popular, com 23% dos votos. Em terceiro, a chapa “PT Vivo”, com 16,4% dos votos, tendo à frente o vereador campineiro Alcides Manizuka. A chapa “PT: O Partido na luta pelo Socialismo”, liderada por Fábio Oscar dos Santos, de Diadema, retirou-se antes do início da votação. Aplicado o critério da proporcionalidade, os cargos do novo Diretório Estadual foram distribuídos da seguinte forma: 27 titulares e 9 suplentes, para a “Articulação”; 10 titulares e 3 suplentes para a “Alternativa Operária e Popular”; 7 titulares e 3 suplentes para o “PT Vivo”.

Na defesa da proposta da Articulação, o secretário geral José Dirceu, afirmou que a Aliança Democrática e a Nova República significam a superação da Ditadura Militar pela implantação de um governo burguês, que busca disputar a hegemonia política através da cooptação e da disputa política ideológica. “Para reverter o momento político por que passamos, segundo declarou Dirceu é preciso que o PT defina políticas alternativas”. José Machado, integrante da chapa vencedora, concluiu a defesa afirmando que “é preciso armar o partido para as ruas, preparar quadros militantes e construir processo de elaboração de propostas”.

Valeska Peres Pinto, do diretório da Bela Vista, defendeu a proposta do “PT VIVO” afirmando não temer falar em crise dentro do PT, que tem condições de enfrentá-las porque tem propostas. Para colocá-las em prática “é preciso construir uma efetiva política de nucleação”, disse Valeska. Ivan Valente, de São Caetano do Sul, fez a defesa da chapa “CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA OPERÁRIA E POPULAR”. Afirmou que é preciso capitalizar o descontentamento popular que aumenta com o momento político em que vivemos. Os integrantes do “PARTIDO NA LUTA PELO SOCIALISMO” consideram que é preciso acirrar a democracia interna do PT.

## Lula e Suplicy juntos

O candidato do PT à prefeitura, Eduardo Suplicy, durante o Encontro, acusou a imprensa (principalmente a “Folha” e “O Estado de São Paulo”) de estar sendo uma barreira para o PT e a sua campanha eleitoral. Ele considera que o Partido dos Trabalhadores incomoda por sua coerência e honestidade de propósito. Se é para falar em crise, Suplicy afirma que “todos os partidos tem vivido uma crise muito intensa”.

Eduardo Suplicy afirmou que a presença de Lula em sua campanha não é recente. Ele já tinha o apoio e a presença do presidente do PT em sua programação na campanha eleitoral. Presente no Encontro, Lula afirmou que até então não tinha entrado de maneira mais intensa na programação de Suplicy e Erundina porque estava cumprindo o programa do partido em vários estados do País.

Lula considera que Jânio Quadros, candidato do PTB-PFL ocupa o espaço que os meios de comunicação permitem que ele ocupe. “O PT precisa conscientizar o povo para não se deixar levar pelas bandeiras fascistas. É preciso denunciar quem está por

trás de Jânio assim como é preciso mostrar porque Fernando Henrique Cardoso é um adversário privilegiado, que “é a custa de bilhões de cruzeiros” afirmou. O presidente do PT ainda colocou que o partido fará uma campanha para prefeito sem preocupar-se com o volume de propagandas ou em igualar-se com os outros partidos no debate institucional.

No final do evento, Lula fez questão de reverter o quadro de pessimismo que parecia querer tomar conta dos militantes do partido. Disse que só o esforço dos petistas nas ruas poderá levar o PT até a prefeitura de São Paulo. “É do trabalho e do material humano que depende o Partido dos Trabalhadores para ganhar as eleições de 15 de Novembro”.



Lula conclamou os delegados a se engajarem na campanha de Suplicy.

## Conheça a nova Executiva

Em sua primeira reunião, realizada no dia 14 de setembro, o novo Diretório Estadual — eleito para um período de aproximadamente dois anos de mandato — escolheu a sua nova Comissão Executiva e definiu responsáveis para algumas de suas secretarias e comissões. Em sua próxima reunião, prevista para o dia 4 de outubro, o Diretório Estadual preencherá os cargos para os quais ainda não designou responsáveis. Ou seja: Secretaria de Formação Política e

as comissões de mobilização, de cultura, mulher, negros, estudantil, relações parlamentares, assuntos rurais.

A nova Comissão Executiva ficou assim constituída: **Líder da Bancada na Assembléia Legislativa** — deputado Geraldo Siqueira Filho; **presidente** — Djalma de Souza Bom (eleito pelo Encontro Estadual); **1º vice-presidente** — Rui Falcão; **2º vice** — José Machado (Secretaria do Interior); **3º vice** — Devanir Ribeiro; **secretário geral** — José Dirceu; **1º secretá-**

**rio** — Silvío José Pereira (Secretaria de Organização); **2º secretário** — José Ferreira (Secretaria Sindical); **Tesouraria** — Francisco Rocha; **1º Tesoureiro** — João Machado; **1º suplente** — José Américo Dias (Comissão de Imprensa e Divulgação); **2º Suplente** — Antonio Granado (Comissão de Movimentos Populares); **3º Suplente** — Heitor Gaudency Júnior; **1º vogal** — Valeska Peres (Comissão de Políticas Públicas); **2º vogal** — José Álvaro Moisés.

Dos 14 integrantes da Nova Comissão Executiva, excluindo-se o líder da bancada, 12 integraram a chapa da “Articulação”, vencedora do Encontro Estadual, sendo que os outros dois — o companheiro João Machado e a companheira Valeska —, representam chapas perdedoras, respectivamente “Alternativa Operária Popular” e “PT Vivo” (a participação das minorias foi uma decisão do Encontro Estadual.

## “O país ainda espera mudanças prá valer”

Em síntese, o documento apresentado pela Chapa Articulação, estruturado em 92 tópicos, considera que “se por um lado terminou a ditadura militar, de outro é inegável que o seu fim não significou a abertura de um processo real de democratização do Estado e da sociedade, nem muito menos o atendimento das principais mudanças econômico-sociais que as massas populares exigiram nas ruas”.

Transcrevemos aqui alguns dos principais tópicos do documento:

- A verdade é que essa dificuldade de compreensão das mudanças que estão ocorrendo no País, por parte dos setores operário e popular, vêm exatamente do momento de culminação das lutas pelas diretas. É que aquele extraordinário movimento de massas pelo fim do regime militar culminou numa transação, entre as classes dominantes e a cúpula militar, onde se negociou o fim da mobilização popular em troca da passagem controlada (e “pacífica”) daquele regime para outro civil, sob hegemonia da burguesia liberal.

- Para evitar o isolamento, tirar as massas da influência da burguesia e mudar a correlação de forças, o PT tem necessidade de um conjunto de táticas e políticas que levem os trabalhadores das cidades e do campo a verificar, por meio da própria experiência de luta, que os objetivos da Aliança Democrática contemplam basicamente os interesses das classes dominantes.

- Ao levar avante esta tarefa, o PT combaterá em vários planos: no plano dos movimentos popular e sindical, no plano institucional e no plano cultural e ideológico. No plano institucional e parlamentar, trata-se de, através da apresentação de emendas

constitucionais, projetos de lei e apoio à propostas já existentes, revogar toda a legislação autoritária e os instrumentos herdados da ditadura militar.

- Quanto mais fortes e unificadas forem as lutas e os movimentos sindical e popular, mais condições terão os trabalhadores de conquistar uma democracia efetiva. Neste momento, são as seguintes as bandeiras desta campanha: revogação da LSN (extinção do SNI e CSN), Lei de Imprensa, das “salva guardas” constitucionais, Lei de Estrangeiros, Lei de Greve, desmantelamento dos organismos de repressão (DOI-CODIS), direito de votar e ser votado para analfabetos, cabos, soldados e marinheiros etc.

### ROMPER O ISOLAMENTO

- Para romper este isolamento, torna-se necessário ampliar a capacidade de ação do movimento sindical e exercer o papel de direção na luta sindical e nas greves - que devem ser generalizadas entre várias categorias e regiões, evitando o que aconteceu em 1984, quando o surto grevista deu-se em ocasiões diferentes, facilitando o seu controle. Outro aspecto importante para que esta unificação e generalização venha se concretizar é que as direções sindicais compreendam o seu papel neste processo. Como são inúmeros os setores da classe trabalhadora insatisfeitos com os efeitos da política econômica do governo, a CUT, mesmo não ignorando as posições de conciliação que a Conclat vem assumindo, deve dirigir propostas de unidade de ação às bases sob sua influência e mesmo à sua cúpula, como fez por ocasião do último 1º de Maio.

- É preciso, também, que os Diretórios e Núcleos do PT retomem a agitação de rua, panfletagens, cartazes, caravanas, pressões junto ao Congresso contra a política econô-

mica do governo (a exemplo da campanha de 1983, contra o decreto lei nº 2.045).

- O PT apresentou sua proposta de Ato Convocatório que prevê a formação de Assembléias Municipais Constituintes e a eleição e instalação da Constituinte em 1986 (...) Cabe, neste momento, reforçar experiências como a do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, a fim de estimular a mobilização popular pela Constituinte livre, democrática e soberana.

- O Diretório Regional deverá coordenar um combate permanente ao governo Montoro, articulando a participação dos petistas nas várias frentes de luta e estabelecendo a principalidade em cada conjuntura.

- O socialismo que queremos supõe a socialização das relações de produção e a socialização das relações políticas, ou seja, a distribuição do poder entre os trabalhadores.

- A construção do PT passa pela compreensão de que ele é um partido dos trabalhadores, mas que estes incluem em seu meio setores com interesses diferenciados de classe. Por exemplo, apesar de diversos objetivos comuns, os interesses dos operários industriais e dos operários agrícolas discrepam dos interesses dos pequenos produtores urbanos e rurais, que também são trabalhadores e possuem um peso importante no conjunto da população.

- O que não queremos ser é um partido vanguardista: que não se referencia em ampla massa de simpatizantes e filiados; que não tem mecanismos de decisões democráticas; que leva lutas baseado em pequenos grupos desvinculados do conjunto da classe trabalhadora que termina não sendo vanguarda nenhuma pois nada contribui para o avanço real da luta dos trabalhadores.



# Setúbal acusado de lesar União em Cr\$ 91 trilhões

O episódio conhecido como "Escândalo do Itaú" envolve personalidades políticas da velha e da Nova República, entre elas, o atual chanceler Olavo Setúbal e o ex-ministro Mário Henrique Simonsen.

No ano de 1974, durante as três primeiras horas da manhã de um sábado de agosto, um grupo de senhores, representando os bancos Itaú Investimentos S/A, União Comercial e Central do Brasil, realizava uma operação com o nome de "incorporação", que significava na verdade um escandaloso golpe contra a União de Cr\$ 223.565.779 — hoje Cr\$ 91 trilhões.

Esse episódio soturno resolveu que o banco Itaú, dirigido pelo banqueiro Olavo Egydio Setúbal e atual Chanceler da República, seria o principal beneficiário da incorporação do BUC (Banco União Comercial) do ministro Mário Henrique Simonsen, através do Banco Central; com os avais, da Fazenda e do presidente Paulo H. Lira, do Banco Central, naquela ocasião.

A escabrosa novela financeira estreou publicamente, em meados de maio, quando a Ação Popular nº 663.860, com entrada na 14.ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, em 14 de março de 1985, em nome de Elizabeth de Veiga Alves, foi divulgada pela imprensa.

A ação propunha a intimação processual de uma lista imensa de nomes envolvidos na incorporação ilícita e inconstitucional do BUC, dos quais alguns figuram hoje no cenário nacional, como Olavo Setúbal, do Ministério das Relações Exteriores, e Fernando Bracher, atual presidente do Banco Central, entre outros.

O elenco da novela era composto por uma lista de representantes dos Bancos Central e Itaú, do Conselho Monetário Nacional e do ex-banco Itaú Português de Investimento (atual Itaúsa — Inv. Itaú).

No episódio inicial, surge como protagonista o "moribundo" BUC, que se encontrava agonizante devido à má administração de seus bens e negócios e pelo excesso de apetite por investimentos arriscados, compra e incorporações de outros pequenos bancos, que culminou com a diminuição de seus lucros diários, além das dívidas contraídas com instituições governamentais, que na época ultrapassava Cr\$ 600 milhões.

Nesse ínterim, o banco Itaú surge como o "anjo da guarda" para salvar o BUC da temível liquidação por parte do Banco do Brasil.

Na ocasião havia cinco bancos candidatos à incorporação, e, de acordo com a legislação era necessário abrir-se uma concorrência de duas ou mais sociedades. Porém, misteriosamente, a lei foi burlada e a preferência foi exclusivamente favorável ao Itaú. Entretanto, o desrespeito à lei não foi a única agravante. Para favorecer o Itaú foi expedido o Decreto-lei nº 1.342, de 28 de agosto de 1974, para dar nova redação à lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966. Assim, ocorreu uma aberração jurídica e um ato inconstitucional: um decreto-lei alterando a própria lei!

A alteração, trocando em miúdos, afirmava que "o Conselho Monetário Nacional poderá autorizar o Banco Central do Brasil

a aplicar recursos das reservas monetárias na recomposição do patrimônio de sociedades integrantes do sistema de distribuição no mercado de capitais, com o pagamento total ou parcial do passivo de qualquer das instituições previstas por aquele decreto".

No esquema montado por Olavo Setúbal, todas as possíveis arestas foram aparadas. Mesmo antes do ato de aquisição do BUC, ele fez com que os acionistas do Itaú assinassem, como se fossem diretores de algumas empresas pertencentes ao conglomerado do BUC, para elegê-lo presidente daquela instituição "moribunda". Setúbal fora eleito dois dias antes de os empresários assinarem sua posse e serem oficializados como diretores.

Ao mesmo tempo, Setúbal criou a "holding" Itaúsa (Investimentos Itaú S/A) e transferiu todos os imóveis, ações e outros bens do BUC e Itaú para a nova empresa, com base em "avaliações subvalorizadas", esvaziando o patrimônio das empresas do conglomerado e lesando seus acionistas.

Dessa maneira a transação bem-sucedida ocorreria sem problemas e sem dívidas, já que o decreto inventado de última hora desviou o passivo do incorporado para o Banco Central.

## Surge um Processo

Uma acionista minoritária do grupo Itaú, Yoshiko Ferreira Alves, está tentando anular, através da ação popular na Justiça de São Paulo, a assembléia do Banco Itaú e do Banco Comercial, que criou a "holding" Itaúsa, alegando ter sido lesada com a incorporação.

Segundo o ex-presidente da Malves S/A, Fábrica de Tratores, Manoel Ferreira Veiga Alves, marido de Yoshiko, em entrevista à imprensa, o BUC era depositário das mercadorias da Malves e sua incorporação pela Itaúsa, nas condições em que se deu, acabou provocando a insolvência de sua empresa.

A Malves, em 1974, era a maior empresa brasileira produtora de tratores e com entrepostos industriais no exterior. Assim que o Itaú entrou no cenário do incorporado, a Malves — que concentrava a quase totalidade de suas operações no BUC — começou a enfrentar dificuldades com o bloqueio de suas operações financeiras.

Como se explica o fato de uma empresa bem-sucedida durante quase 20 anos, em menos de três meses entrar numa crise financeira tão grave? Essa pergunta foi elucidada na acusação feita contra o Itaú, por Manoel Alves, de favorecer empresas multinacionais do setor de tratores. O Itaú, ao invés de honrar as responsabilidades que cabiam ao BUC, passou a recusar os compromissos, bloqueando contas de câmbio e liberações de crédito. Essa atitude levou ao rompimento de contrato internacional que a Malves tinha, além de ter sido obrigada a pagar indenização de US\$ 800 mil.

Em 1982, foi decretada a falência da Malves, uma vez que a empresa possuía bens e



máquinas usadas como garantia de empréstimos pelo BUC — agora em poder da Itaúsa — para saldar suas dívidas. Porém, alegando falta de pagamento de taxas tipo IOF, o Itaú não liberou as máquinas e a Malves quebrou.

Curiosamente, todos os juizes que atuaram no caso e tiveram posição favorável à Malves têm sido removidos de suas Varas, como foi o caso do juiz Álvaro Dias Barrense (num total de cinco).

Mas o mistério não se limita à questão judicial: Desde que a Malves processou o Itaú, a grande imprensa tem se omitido de denunciar as falcatruas do Itaú e de seu acionista maior, Olavo Setúbal. O único jornal e o primeiro a levar a cabo este escândalo, cobrando a demissão de Setúbal do Ministério das Relações Exteriores, foi a **Tribuna da Imprensa**, do Rio de Janeiro.

Segundo o ex-ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, o déficit público remonta à casa dos Cr\$ 85 trilhões, soma que seria coberta integralmente — e com troco — se a lei fizesse o Chanceler Setúbal indenizar a União com os Cr\$ 91 trilhões usurpados dos cofres públicos.



Mas o escândalo não para aqui: do Boletim de Ocorrência efetuado dia 27 de agosto último, por um dos diretores do Sindicato dos Bancários de São Paulo, André Accorsi, consta uma ameaça telefônica feita por um homem não identificado, que afirmou estar ele correndo risco de vida. A ameaça valeu também para Antonio J. Bertacco, outro diretor do Sindicato, que, junto com André, está envolvido nas apurações do Escândalo Itaú.

Lígia Maria Cruz

## Bancários enfrentam banqueiros

Ao paralisarem o sistema bancário, de ponta a ponta do País, dias 11 e 12 últimos, os 700 mil bancários brasileiros iniciaram um acerto de contas com os patrões do setor. E conquistaram um importante saldo. Além da vitória econômica já obtida no Tribunal Regional do Trabalho (90,8% de reajuste global, no caso de São Paulo, quando os patrões só admitiam um máximo de 87%), os bancários tiveram um amplo apoio da população.

Na preparação da greve, as entidades dos bancários, atuando com um extraordinário grau de **unidade na luta**, conseguiram desmascarar, com fatos e números, a política sanguessuga dos banqueiros — esta classe parasita, que nada produz, e que se alimenta da agiotagem institucionalizada. Graças aos juros extorsivos que cobram de seus clientes, e à exploração do trabalho de seus funcionários, os bancos aumentaram seus lucros em nada menos de 5,585% entre 1981 e 84. Enquanto isso, os bancários foram roubados em 47,3%

de seu poder aquisitivo, entre março de 1983 e março deste ano.

"Ainda não conquistamos, desta vez, todas estas reivindicações; mas criamos força e organização para as próximas campanhas. Chegaremos lá" — explica Luiz Gushiken, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

### VELHA REPÚBLICA

A greve dos bancários, a primeira paralisação nacional desta categoria nos últimos 22 anos, serviu também como um teste para o atual governo. Tanto ao nível econômico, quanto ao nível político-trabalhista, o governo da dita "Nova República" revelou-se, na prática, contra as reivindicações dos trabalhadores bancários, aliando-se aos banqueiros. Anteriormente, eles admitiam que "salários não é o que gera inflação", mas — sim a especulação executada por banqueiros e outros manipuladores do meio financeiro. Agora, no governo, eles repetem a mesma ladainha da ditadura militar. Nessa linha, o senador e candidato

do PMDB à Prefeitura de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, tentou ficar em cima do muro, mas logo caiu na vala comum. Aliás, entre os candidatos a prefeito em São Paulo, somente o companheiro Eduardo Suplicy, do PT, compareceu às assembleias dos bancários para prestar-lhes irrestrito apoio.

### "GREVE ILEGAL"

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, de sua parte, defendeu também o governo que representa e, portanto, fez o jogo dos banqueiros. Atendendo um pedido de Roberto Bornhausen, presidente da Federação dos Bancos (Febaban), Pazzianotto proclamou a "ilegalidade da greve". E o pior: baseou-se, para tanto, no Decreto-Lei 1.632, baixado pela ditadura, uma peça que ele próprio denunciava, anteriormente, como inconstitucional e arbitrária. Com essa atitude de Pazzianotto, o Tribunal Regional do Trabalho paulista só cuidou de formalizar a providência, declarando também a "ilegalidade da greve".



Só a mobilização pode garantir a Reforma Agrária.

## O plano da reforma agrária sai ou não sai no dia 20?

O IN CRA e o MIRAD (Ministério da Reforma Agrária) estão prometendo que no próximo dia 10 de setembro, concluem a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária e dos Planos Estaduais. Pra quem não está entendendo direito a coisa, toda a discussão que se teve até agora foi em torno da "Proposta para a elaboração do Plano". Pois bem, o IN CRA e o MIRAD recolheram as sugestões apresentadas pelos "contra", pelos trabalhadores rurais (CONTAG, SEM TERRA) outros setores da sociedade (OAB, ABRA, intelectuais etc) e elaboraram o Plano definitivo que deve conter, discriminado por estados, as áreas que serão desapropriadas e uma estimativa do número de famílias que serão assentadas.

O compromisso existente é do presidente Sarney assinar o Plano no dia 20 de setembro, uma sexta-feira. O fato é que entre a "elaboração técnica" do Plano por parte do IN CRA e do MIRAD e sua "avaliação política" pelo Palácio do Planalto, existem 10 dias em que tudo pode acontecer.

### O que fazer?

A Executiva Nacional enviou para a discussão em todos os núcleos do PT o documento "O PT e a REFORMA AGRÁRIA", uma proposta elaborada pelo Grupo de Política Agrária do PT-SP (Foi publicado agora pela REVISTA REFORMA AGRÁRIA da ABRA nº 2/85). Esse documento faz uma análise minuciosa dos pontos positivos e negativos da "Proposta para elaboração do PNRA do Governo" e propõe duas formas concretas de ação para os militantes do PT.

"a) ampliar, em conjunto com outras forças políticas e sociais a Campanha pelo Desencadeamento da Reforma Agrária Já. Na prática, essa campanha visa esclarecer e mobilizar os trabalhadores e as camadas médias urbanas em apoio à luta dos camponeses pela Reforma Agrária, tendo em vista que ela também interessa profundamente à posição das cidades";

"b) incentivar os camponeses sem terra e com pouca terra a formarem suas próprias Comissões de Reforma Agrária. Essas Comissões, no momento, devem constituir-se na principal forma de organização dos camponeses para prepararem os alistamentos, levantar as áreas passíveis de desapropriação, discutir as formas de assentamento e todos os demais problemas referentes à execução da reforma".

Ainda segundo o documento distribuído pela Executiva nacional do PT, estas duas ações - Campanha nas cidades e formação das Comissões de Reforma Agrária no campo - compreendem dois eixos convergentes que devem juntar-se num poderoso movimento nacional pró-Reforma, modificando a correlação de forças e criando condições para ir além das condições que estão postas hoje".

### Como participar?

Aqui na cidade de São Paulo, quem quiser colaborar na Campanha pelo Desenca-

deamento da Reforma Agrária Já, procure o Jair (Gabinete do vereador Cláudio Barroso, fone 239-3651). Ele é o representante do Grupo de Política Agrária do PT na Campanha, desenvolvida conjuntamente por partidos políticos, entidades populares e trabalhadores rurais do estado de São Paulo. A campanha, aliás, prevê uma série de atividades para o mês de setembro, tais como palestras, manifestações, debates etc. Procure participar!

Se você mora no interior do estado, procure o sindicato rural da sua cidade. Os sindicatos estão cadastrando os trabalhadores rurais que querem terra (se não estiver, avise o pessoal da FETAESP 011-263-0066). Esse cadastramento, todavia, não deve ser apenas um ato formal, onde o trabalhador se inscreve numa lista e fica esperando, esperando... Ai é o que não sai reforma agrária nenhuma. O cadastramento deve ser o início de um processo de mobilização, organização e conscientização do trabalhador rural na sua cidade. Por isso os militantes do PT devem ajudar no cadastramento, organizar palestras e discussões com esses trabalhadores e, até mesmo, começar a elaborar uma proposta de um Plano Municipal de Reforma Agrária. Essa proposta a nível municipal deve detalhar as áreas que deveriam ser desapropriadas para assentar os trabalhadores que querem terra, os recursos que seriam necessários, o que se iria produzir etc...

É fundamental que todos se conscientizem que a reforma agrária não é uma dívida do Governo, mas uma conquista das forças populares. Ou seja, só vai sair do papel se os trabalhadores rurais e seus aliados progressistas lutarem e conquistarem o direito de acesso à terra na sua cidade, no seu município, na fazenda onde vive.

Como já dissemos, dia 10 de setembro, encerra-se a fase do debate em torno da proposta do Governo. A partir daí a luta ganha novos objetivos:

Primeiro, forçar que o presidente assinasse o quanto antes o decreto, no máximo até o dia 20 de setembro. Para isso, as entidades que participam da "Campanha pelo Desencadeamento da Reforma Agrária Já" estão programando uma série de eventos que visam estabelecer uma espécie de "vigília nacional" até a assinatura do decreto pelo presidente, que se espera seja no dia 20.

Segundo, iniciar imediatamente a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária em todos os estados do país. Nessa fase de implantação, ao contrário das fases anteriores de discussão da proposta e da vigília pela assinatura do presidente, a luta será a nível local, nos municípios. E o palco dos enfrentamentos não será mais os debates acadêmicos ou televisivos, mas as ruas e as fazendas. E os personagens tampouco serão deputados, ministros ou bispos, mas sim vereadores, prefeitos, padres, fazendeiros e trabalhadores discutindo cara-a-cara se vai se fazer ou não reforma agrária, ali, naquelas terras...

# CAMPO

## Polêmica

### "Patrões se dobraram aos grevistas"

Publicamos a seguir trechos da carta enviada ao PT São Paulo por 12 sindicalistas da Região de Ribeirão Preto — entre eles, Antonio Palocci, presidente da CUT Regional II, e José de Fátima, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba — criticando o artigo de José Graziano da Silva, publicado em nossa edição nº 29, com um balanço da recente greve dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto.

"Tal balanço muito nos impressionou, pois seu conteúdo e sua linha de raciocínio está em franca contradição com a política do PT para o movimento sindical e com as posições com as quais os petistas trabalham na CUT.

Vamos aos fatos:

"A rebelião de maio de 84 em Guariba, que despertou o povo do campo para a luta, obteve em relação à pauta de reivindicações importantes vitórias. A dimensão da greve e a intransigência dos trabalhadores fez os patrões se dobrarem aos grevistas. Mas os ganhos políticos daquela greve foram maiores que os materiais. A rebelião, que se estendeu por todo o interior do Estado, não resolveu entretanto as condições miseráveis de trabalho do homem do campo, dos volantes em particular. O acordo de Guariba não fora cumprido na maioria das cidades, permanecia a sazonalidade no Contrato do Trabalho (o que provocou a segunda onda de greves iniciada novamente em Guariba).

"Nessa situação, com a retomada da safra em maio deste ano a greve era mais que esperada. Os sindicatos combativos e as comissões de mobilização, que no final de abril participaram como principal força na construção da CUT INTERIOR 2 (regional) se preparavam para isso. A FETAESP, por sua vez, procurava nas negociações um acordo satisfatório. Não foi obtido tal acordo. Os patrões, assim como aconteceu com os metalúrgicos, utilizando-se do momento político, negaram-se a sequer discutir os principais pontos de reivindicação, particularmente a do corte da cana por metro e não por tonelada (que rouba parcela importante da produção como acontecia com o sistema de 7 ruas).

"A FETAESP, quando a greve já se mostrava inevitável, convocou-a. Mas o fez de uma forma extremamen-

te cupulista. Não organizou os comandos, evitou a todo custo que os trabalhadores em greve participassem da condução do movimento, que ficou a cargo da cúpula da Federação. Sua atitude em relação aos Sindicalistas ligados à CUT foi "aparentemente" contraditória. Pedia a participação dos mesmos na greve, mas desde que "não falassem em nome da CUT", "para não dividir" (???). Alguns dirigentes sindicais ligados à FETAESP mostraram, entretanto, sua disposição de ver a CUT participando: em São Carlos e Batatais, tais dirigentes chamavam a polícia para prender trabalhadores e dirigentes ligados à CUT ou mesmo aqueles trabalhadores que não se submetiam às suas regras de condução do movimento.

"No fundamental o movimento permaneceu sem uma centralização democrática. Os trabalhadores em greve nas cidades ficaram abandonados sem nada saber sobre os encaminhamentos do movimento e das negociações. A polícia se aproveitou disso e organizou, com a desculpa da "garantia do trabalho", uma verdadeira operação de guerra contra os piquetes, batendo violentamente e prendendo mais de 80 trabalhadores. Em Guariba, a repressão se somou a uma intolerável provocação por parte da Prefeitura Municipal e dos Usineiros, do Grupo Ometto, que, utilizando-se de bombas juninas, impediam a realização das assembleias, em sintonia com a ação da polícia.

"Foi diante dessa situação, que a CUT REGIONAL procurou jogar toda a sua força na ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO e na discussão da necessidade de os trabalhadores em greve participarem diretamente da CONDUÇÃO E DAS NEGOCIAÇÕES para que eles mesmos decidissem os passos da greve e as negociações. A FETAESP se calou frente a isso. A CUT convocou uma reunião com este fim específico, onde compareceram CUT, CPT e Sindicatos e Comissões de Mobilização de 6 cidades em greve. A FETAESP,

convidada para a reunião, não se manifestou. Neste mesmo dia, seus diretores se dirigiam à São Paulo, para procurar um acordo que pusesse fim ao movimento.

"No sábado, 5º dia de greve, a confusão foi total. A FETAESP difundia a possibilidade de um acordo e não dava nenhuma orientação aos grevistas, a imprensa da região publicava que a greve já havia acabado, em nome de um acordo que os trabalhadores nem conheciam. Na maioria das cidades, os trabalhadores ficaram sem saber o que fazer. Onde os piquetes se mantinham, a polícia agia com violência. Em Serrana, neste dia, efetivou-se uma violenta repressão com a prisão de 52 grevistas. A FETAESP não colocou tais questões na mesa de negociação. Fechou um acordo igual ao proposto pelos patrões antes da greve e, pior, sem consultar os trabalhadores (o que fez depois com o movimento já desintegrado e sem organização), descendo o acordo goela abaixo da categoria.

"Poderia se perguntar porque a CUT não se opôs frontalmente a isso, chamando a continuidade da greve. Isto foi discutido e constatado que não era possível. A CUT regional, que tem congregado os setores mais combativos da região, é ainda minoritária, tem ainda uma força limitada, que não permitia se opor à verdadeira "cortina de fumaça" colocada pela FETAESP na frente dos trabalhadores. Chamar a continuidade da greve naquela situação seria levar os trabalhadores a uma aventura, que não corresponde à postura da CUT no movimento sindical.

"Atualmente a CUT REGIONAL tem procurado, através do balanço político da greve, discutir com os trabalhadores, para evitar que o final desorganizado desse movimento leve a uma dispersão grande da mobilização dos rurais na região. Temos procurado agrupar os trabalhadores, os sindicatos combativos, as oposições sindicais e as comissões de mobilização, no sentido de reverter tal situação".

### GRANDIOSO BAILE NO "CLUBE PIRATININGA"

Conjunto Musical Band Show - Sexta-feira dia 04/10/85 - das 22 às 4 hs. Alameda Barros, 376 - Higienópolis.

Convites à venda na Sede Estadual do PT - Barracas do PT-Praça Ramos, Praça Patriarca ou na Bilheteria do Clube na noite da Festa.

Ingressos: Cr\$ 10.000 - Traje: Passeio